GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURRÍCULOS DE PEDAGOGIA DO PARANÁ¹

GENDER AND SEXUALITY IN THE PEDAGOGY CURRICULUM OF THE PARANÁ

Adrielen Amancio da Silva²

João Fernando de Araújo³

Adriana Regina de Jesus⁴

Resumo: Temos como objetivo analisar como as universidades públicas paranaenses vêm dando espaço para as discussões sobre gênero e sexualidade em seus currículos de Pedagogia. Para isso, realizamos inicialmente uma pesquisa documental nos Projetos Políticos Pedagógicos disponibilizados nos *sites* das respectivas universidades. Em seguida, articulamos os resultados às discussões teóricas propostas por autores renomados que tratam sobre o conceito de gênero e sexualidade e como eles se articulam no espaço da formação docente. Os resultados revelaram que de um total de 18 cursos de Pedagogia ofertados em universidades públicas do estado, apenas 01 possui um componente curricular específico e obrigatório para as discussões de gênero e sexualidade. Nos demais, a temática é atrelada a outras discussões ou sequer aparecem no currículo.

Palavras-chave: Componentes Curriculares. Gênero e Sexualidade. Formação Docente.

Abstract: We aim to analyze how public universities in Parana have given space for discussions about gender and sexuality in their Pedagogy curricula. To this end, we initially conducted a documentary research on the Political Pedagogical Projects made available on the websites of the respective universities. Then, we articulate the results to the theoretical discussions proposed by renowned authors who deal with the concept of gender and sexuality and how they are articulated in the space of teacher education. The results revealed that out of a total of 18 Pedagogy courses offered at public universities in the state, only 01 has a specific and mandatory curriculum component for discussions of gender and sexuality. In the others, the theme is linked to other discussions or does not even appear in the curriculum.

Keywords: Curricular components. Gender and Sexuality. Teacher Education.

¹ Artigo recebido em 14 de novembro de 2020 e aceito em 8 de fevereiro de 2021.

² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL, bolsista Capes. Graduada em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Integrante dos Grupos de Pesquisa: Currículo, Formação e Trabalho Docente e Gênero, Currículo e Educação. Researcher id: ABD-5404-2020. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1913-9646>. E-mail: adrielen.amancio@gmail.com.

³ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduado em Letras Português-Inglês pela Universidade Estadual do Paraná (UENP), Campus Jacarezinho. Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Administração e Tecnologia de Ibaiti (FEATI/UNIESP). Integrante dos Grupos de Pesquisa: Currículo, Formação e Trabalho Docente e Gênero, Currículo e Educação. Researcher id: ABD-5539-2020. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0262-1604>. E-mail: joaofernandojbt@hotmail.com.

⁴ Doutora e Pós-doutora em Educação. Docente do curso de Pedagogia e da Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEL. Avaliadora da Educação Superior - MEC-INEP. Líder dos Grupos de Pesquisa: Currículo, Formação e Trabalho Docente e Gênero, Currículo e Educação. Researcher id: ABC-2541-2020. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9346-5311>. E-mail: adrianatecnologia@yahoo.com.br.

Introdução

A formação docente ascende como um importante instrumento para a disseminação do conhecimento sobre as questões de gênero e sexualidade. Estudar essas temáticas se torna fundamental para a busca de uma sociedade mais humana, igualitária e inclusiva. Para tal, é preciso então que os cursos de formação docente propiciem essa formação. Destacamos que essa pesquisa faz parte de dois estudos maiores vinculados à Pós-graduação em nível de Mestrado, mais especificamente ao Grupo de Pesquisa Currículo, Formação e Trabalho Docente e Gênero, Currículo e Educação.

Objetivamos analisar com esse estudo como as Universidade Federais e Estaduais do Paraná concebem essas discussões em seus currículos, especificamente nos cursos de Pedagogia. Para isso, temos como metodologia a pesquisa documental realizada nos Projetos Políticos Pedagógicos dessas instituições, disponíveis *online* em suas páginas da internet, onde buscamos saber se há disciplinas específicas que abordam tal temática.

Para tanto, essa pesquisa encontra-se organizada em quatro etapas. Inicialmente, são tecidas significativas considerações sobre as temáticas de gênero e sexualidade no espaço da formação docente (LOURO, 1997; 2008; 2011; 2013, RIBEIRO; 2016). Posteriormente, elaboramos considerações conceituais sobre as temáticas de gênero e sexualidade (SCOTT, 1995; (FOUCAULT, 1987; BUTLER, 2003). Doravante, são apresentados e discutidos os dados obtidos na pesquisa. Finalizando, nas considerações finais apresentamos nossas impressões e perspectivas sobre esta produção.

As temáticas de gênero e sexualidade na formação docente: perspectivas e paradoxos

Por que falar/estudar/pesquisar sobre gênero e sexualidade? Ao longo da nossa vida acadêmica, familiar, religiosa e profissional nos deparamos com questionamentos, tais como: qual a importância das discussões de gênero e sexualidade? Como ter essas temáticas no ambiente escolar ou acadêmico irá influenciar a formação docente? Como tratar de um assunto que envolve a vida íntima das pessoas? Por que ter um componente curricular sobre esse assunto irá me tornar uma professora ou um professor melhor? Por que devemos trazer esses temas para as crianças e adolescentes?

Essas são apenas algumas questões que vêm nos acompanhando durante essa jornada de pesquisas acadêmicas. A cada questionamento e dúvida vamos percebendo a emergência dessas discussões, não apenas na formação docente, mas em todas as áreas do saber, pois é por meio dela que conseguimos trazer

para frente questões que há muito tempo ficaram obscurecidas e marginalizadas, como a divisão sexual do trabalho; a desvalorização do trabalho das mulheres; o “diferente” e o “normal” na sociedade; a heteronormatividade; classes sociais; preconceito racial; preconceito de gênero; dentre tantas outras temáticas que colocam em destaque os modos de ser, sentir e resistir daquelas e daqueles que têm sido consideradas e considerados como desviantes, patológicos e diferentes.

Há várias colocações de Louro (1997, 2008, 2011, 2013) que ajudam a refletir sobre como e o porquê é importante e emergencial as discussões de gênero se fazerem presentes nos ambientes educacionais. O seu foco nesses trabalhos é a própria escola, esse ambiente onde todos os dias crianças, adolescentes e jovens estão sendo formados, não apenas intelectualmente, mas uma formação social, cultural, política e histórica.

Assim, a escola vai produzindo gestos, movimentos, sentidos e sentimentos. Ali se aprende a olhar, a ouvir, falar e a se calar. Todos esses sentidos fazem parte da construção e treinamento de seus corpos e mentes. “Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens — reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente” (LOURO, 1997, p. 61). Por isso, quando pensamos na posição da escola e na formação que ela produz e reproduz, direcionamos a nossa fala para a formação docente.

Nesse contexto nos perguntamos: como lidar com essas situações que somos/seremos colocados diariamente nesses ambientes? Como agir profissionalmente diante de questões tão veladas? Como ter segurança, competência profissional e generosidade diante dessas questões? Não temos aqui uma receita pronta de como lidar com tudo isso, pelo contrário, trazemos outros inúmeros questionamentos que também fazem parte da nossa formação e prática docente. Porém temos muito claro que os profissionais da educação precisam ter consigo uma formação que embase sua fala, que dê segurança e acolhimento, que vá além de respostas prontas, mas que os conduza a pensar criticamente. “Como professor [e professora] não me é possível ajudar o educando a superar a sua ignorância se não supero permanentemente a minha. Não posso ensinar o que não sei” (FREIRE, 2014, p. 93, acréscimo nosso).

Por isso, quando enfatizamos a emergência das discussões de gênero na formação docente, estamos literalmente colocando que essas discussões devem estar previstas não apenas nas legislações, mas, mais do que isso, precisam aparecer de forma obrigatória nos currículos desses cursos. Nos currículos, essas discussões precisam ser tratadas como componentes obrigatórios e específicos.

Não há possibilidade dessas professoras e professores conseguirem desenvolver um trabalho esclarecedor, acolhedor, conceitual e sem preconceito para

as questões de gênero se não entendem a sua construção história e social; se não entendem as relações de poder envolvidas nessas construções; os movimentos sociais de lutas pela igualdade de oportunidades na sociedade; as influências do patriarcado na constituição das nossas famílias; entre outras questões que estão impregnadas na constituição da sociedade.

A formação específica da pedagoga e do pedagogo revela-se, nas palavras de Ribeiro (2016, p. 46), “[...] um assunto complexo e marcado por instabilidade, disputas e intensos debates [...]”. Excepcionalmente, a autora ainda assevera que “formar professores(as) é também um campo de disputas, pois envolve de certa forma a própria construção da concepção de educação que se pretende, e esta definição jamais será homogênea e consensual” (RIBEIRO, 2016, p. 47). A educação é fator chave para percebermos os cursos de formação docente, pois é em prol da Educação que as/os profissionais licenciados irão desenvolver seus trabalhos.

Sabe-se que a desigualdade é uma grande marca que assola nosso país e a educação é talvez a via principal pela qual podemos superar tal problema. Isto posto, é preciso cautela e atenção na elaboração das propostas curriculares dos cursos de Pedagogia, para que a formação adquirida possibilite conhecimentos para a transformação da sociedade e não para a reprodução do sistema desigual.

É olhando para a desigualdade em nossa sociedade que reafirmamos a relevância da abordagem das temáticas de gênero e sexualidade nos currículos dos cursos de Pedagogia, visto que ela é também gerada por fatores de gênero e sexualidade. A exemplo, o caso das mulheres que foram condenadas à inferioridade ao longo da história e ainda em dias atuais, que mesmo exercendo a mesma função no mercado de trabalho, muitas vezes recebem remuneração inferior à do homem. Ou ainda os grupos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais ou Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e as várias possibilidades de orientação sexual e/ou de identidade de gênero), historicamente marginalizados, vítimas de violência e exclusão por conta de suas identidades.

As diferenças de gênero e sexualidade que são atribuídas às mulheres ou aos sujeitos homossexuais, sem dúvida, expressam-se materialmente em seus corpos e na concretude de suas vidas, ao mesmo tempo em que são significadas e marcadas discursivamente. As diferenças têm efeitos materiais, evidentes, por exemplo, na impossibilidade ou nas dificuldades legais que os homens e mulheres homossexuais têm de constituir família, de assumir a guarda dos filhos ou de adotá-los, ou ainda de receber herança após a morte de seus companheiros e companheiras (LOURO, 2013, p. 49).

Assim, a inclusão da temática de gênero e sexualidade nos currículos dos cursos de Pedagogia, como recorda Ribeiro (2016, p. 49), “contribui para a formação de futuros(as) profissionais da educação atentos(as) à importância de se

discutir como o currículo, historicamente, tem selecionado e legitimado determinadas lógicas, em detrimento de outras [...]”. É nesse sentido que conseguiremos superar o contínuo quadro de desigualdade social do nosso país.

Na tentativa de organizar e estruturar os cursos de licenciatura, há muito foram sendo desenvolvidas normativas e orientações em que ora temos avanços que reafirmam a necessidade da discussão de gênero e sexualidade e ora temos retrocessos que retiram essa obrigatoriedade. Como exemplo dos avanços temos a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia e em seu Art. 4, mais especificamente no tópico X, onde é enfatizado que ao final dessa formação é preciso “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (BRASIL, 2006, p. 2).

Temos também a Resolução 02/2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura). E para a formação continuada também previa essas discussões. No parágrafo 2º do artigo 13º deste documento, que trata sobre os conteúdos que deveriam compor os currículos desses cursos de formação, lê-se que

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, **direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual**, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, p. 11, **grifo nosso**).

Nesse trecho percebemos que as temáticas de gênero e sexualidade devem ser contempladas e levadas às discussões nos cursos de formação docente, para que ao final do curso, de acordo com o inciso VII do 8º artigo, o egresso seja capaz de

identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, **a fim de contribuir para a superação de exclusões** sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, **de gênero, sexuais** e outras (BRASIL, 2015, p. 08, **grifo nosso**).

A abordagem desses temas surge como uma possibilidade de conscientizar as e os educandos sobre a importância do respeito à diversidade, bem como também sobre a necessidade de desconstruir padrões socialmente estabelecidos que excluem e marginalizam as pessoas. As duas últimas assertivas esclarecem veementemente que os cursos de Pedagogia, assim como demais licenciaturas, precisam garantir à formação das e dos estudantes conteúdos sobre gênero e sexualidade com a finalidade maior de que essas e esses futuros profissionais contribuam para a superação da desigualdade e da exclusão social.

Embora as premissas do documento orientem a abordagem dessas temáticas, elas ainda não estão presentes em muitos cursos. Exemplo disso é que a partir de 2019, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), elas não são previstas. Em outras palavras, estamos diante de um imenso retrocesso amparado pelos atuais governantes. As discussões de gênero que antes mesmo com imensa dificuldade e resistência de serem aplicadas eram previstas nos documentos, agora sequer aparecem como tema formativo.

Paraíso (2016) nos ajuda a entender essa ausência quando nos esclarece que muitas figuras políticas constantemente elaboram Projetos de Lei para impedir que essas temáticas sejam discutidas. Esses Projetos tentam “controlar o currículo e os/as docentes, destituir do/a docente a autoridade de educar e decidir como exerce sua profissão” (PARAÍSO, 2016, p. 394). A título de exemplificação, citamos o projeto “Escola sem Partido” como um dos projetos vetores das discussões. Tais projetos surgiram principalmente para disseminar a chamada “Ideologia de gênero”, que vem sendo utilizada na visão de Paraíso (2016, p. 392) como uma espécie de dogma, um rótulo, que serve de “premissa para um ódio declarado à luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres, às discussões críticas sobre gênero e sexualidade na escola e aos direitos de todas as pessoas que não identificam seus desejos com os desejos dos heterossexuais”.

Tal ideologia é propagada na sociedade principalmente para impedir a luta por igualdade de direitos. É uma artimanha criada por grupos reacionários conservadores para impedir a visibilidade das mulheres e dos sujeitos LGBTQIA+ na sociedade. Trata-se de uma distorção da essência do gênero e sexualidade para que passem a ser vistos como uma ameaça. Por conta disso, criou-se uma atmosfera nebulosa em torno das temáticas que deixam as e os docentes inseguros para abordá-las, temendo serem censurados, criticados, ou ainda até mesmo exonerados caso ousem promover essas discussões.

Mas é preciso manter a coragem para enfrentarmos essa tentativa de opressão e domínio seculares. Os cursos de formação docente devem garantir essas discussões para que as e os futuros docentes percebam as tentativas de dominação disfarçadas de políticas públicas. Elas e eles precisam assumir uma postura de combate às desigualdades e discriminações sociais.

[...] a utilização do termo *gênero* implica um não acatamento das diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico, conforme apregoavam os positivistas e higienistas, e demonstra, por parte da perspectiva teórica feminista, uma absoluta rejeição aos enfoques naturalistas, dado que, na análise das relações de desigualdades entre os sexos, a adoção de paradigmas naturalistas envolve a aceitação da categoria implícita de subordinação da mulher ao homem, baseada nas estruturas biológicas de cada indivíduo (JESUS, 2009, p. 77).

Nessa perspectiva, ao dar espaço às discussões de gênero e sexualidade, esses cursos estão se posicionando contra a naturalização das desigualdades sociais e contribuindo para o enfrentamento de dispositivos de dominação e opressão.

Gênero e sexualidade: interfaces e contextos

A sexualidade, segundo os apontamentos de Ribeiro (2007, p. 08), trata-se de uma “construção histórica, cultural e social, que articula saberes e poderes para o governo do sexo através dos corpos e das maneiras de as pessoas viverem seus prazeres”. Em outras palavras, a sexualidade tange as maneiras de vivenciar e experienciar o sexo. Todavia, tal constatação não é tão simples, vai além dos aspectos naturalmente biológicos e tampouco se reduz às questões da genitália, ou meramente do sexo enquanto um ato. A sexualidade encontra-se num campo mais amplo, num espaço regido também pelo poder, na tentativa de dominação do corpo, como nos esclarece Foucault (1987, p. 28) quando afirma que “as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”.

Tais aspectos do poder eram exercidos sobre o corpo em proporções distintas, variando de acordo com o sexo biológico do sujeito. O sexo feminino ao longo da história foi visto sempre como inferior. Butler (2003, p. 18) relata que “a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada”. Tal condição perdurou por séculos e marcou a presença e visibilidade das mulheres até os dias atuais. Logo, inquietações e estranhamentos sobre tais desigualdades entre os sexos começaram a ganhar visibilidade na sociedade, colocando uma revisão sobre essas questões. Nesse contexto, surgem os Movimentos Feministas trazendo consigo a utilização do termo gênero, não apenas para pen-

sar criticamente a constituição da sociedade, mas para discutir essas abordagens no meio acadêmico, por meio de pesquisas científicas.

O termo, como nos esclarece Scott (1995) começou a ser utilizado de maneira efetiva pelas feministas justamente para designar as questões das organizações sociais existentes entre os sexos. Todavia, a abordagem do referido termo não se restringiu em referir-se somente às mulheres, mas a todos aqueles que fogem ao modelo hegemônico estabelecido.

Louro (2013) traça considerações sobre a ascensão de uma identidade padrão a partir principalmente da década de 1960. Essa identidade funciona como uma referência e todos os sujeitos, para que possam ser visibilizados, ouvidos e considerados como tal, precisam se encaixar nessa suposta padronização. A respeito disso, Louro (2013, p. 46) revela que a “identidade masculina, branca, heterossexual deve ser supostamente uma identidade sólida, permanente, uma referência confiável”. A autora ainda esclarece que enquanto referência, essa identidade foi levada, pelos movimentos sociais e políticos, a ocupar uma posição na centralidade da cultura. Nesse sentido, ainda à luz das contribuições da autora, “afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico” (LOURO, 2013, p. 46).

Tais constatações coincidem com as ideias de Butler (2003, p. 19) quando nos esclarece que “a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão [...]”. Essa assertiva, por mais simples que pareça, esclarece as questões abordadas por Louro (2013), uma vez que fala sobre a legitimação ou exclusão de sujeitos, bem como reflete ainda as considerações de Foucault (1987) sobre o poder e seu domínio sobre os corpos quando elucida que a construção política detém o poder de visibilizar ou marginalizar sujeitos.

O termo gênero à luz dos preceitos de Scott (1995, p. 75) tornou-se de certa maneira “uma forma de indicar ‘construções culturais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres [...], pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens”. Num sentido geral, o gênero levou as acepções sobre sexualidade num passo adiante. O que antes era tido como binário e estável, passou a ser visto como plural e dinâmico, cujas manifestações estão atreladas a maneira como o indivíduo vive e experimenta a cultura e a sociedade.

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (LOURO, 2008, p.18).

O gênero é então uma construção social e cultural. Assim, podemos vislumbrar a necessidade de se adotar o gênero e a sexualidade como categorias de análise, afinal enquanto categorias os estudos nessa área poderão superar essa visão arcaica de sujeitos padrões, de sexualidades estáticas e fixas. Louro (2013, p. 18) infere que “a construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infindavelmente”.

Brilhantemente Butler (2003, p. 24) nos esclarece que “se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira”. Ou seja, as questões de gênero perpassam os limites da questão do sexo do sujeito e passam a representar como o sujeito se sente e se percebe no mundo. É por meio do gênero que o sujeito vive e experimenta sua sexualidade e assim constitui sua identidade.

Não há como desconectar essas relações da nossa existência. Somos seres que a todo momento influenciamos e somos influenciados pelas relações que estabelecemos com o meio social que vivemos. E é por meio desse contexto que vamos nos constituindo como pessoas, não no sentido de que seremos alguém futuramente, mas no sentido que já somos alguém nesse momento. Por isso, quando entendemos esses conceitos e como eles se constituem ao longo da história, percebemos que essas relações não se dão naturalmente e é nesse momento que conseguimos desenvolver uma ação crítica, profissional e consciente com relação às discussões de gênero nos ambientes educacionais.

Gênero e sexualidade nos cursos de Pedagogia

Como já mencionado anteriormente, o termo gênero começou a ser utilizado como conceito teórico pelos Movimentos Feministas. Essas contribuições, embora tenham sofrido grandes resistências para ganhar credibilidade na pesquisa acadêmica, foram muito relevantes para abrir espaço para nossas produções atuais. Essa resistência perdura ainda hoje nos ambientes acadêmicos e na sociedade em geral, principalmente influenciada pelo conservadorismo religioso. Essa influência atrapalha o fortalecimento de uma sociedade menos preconceituosa para as questões de gênero, principalmente quando esse conservadorismo se mantém em cargos que irão desenvolver leis, políticas públicas e currículos, tanto de educação básica como superior.

Pensando nesse contexto, tivemos como principal objetivo analisar como as Universidades Federais e Estaduais do estado do Paraná concebem as discussões de gênero nos currículos dos cursos de Pedagogia. Esse objetivo vem acompanhado de um contexto estabelecido nas políticas governamentais para a educação nos últimos dez anos, em que as discussões de gênero têm gerado um caloroso debate, acompanhado da expressão “ideologia de gênero”.

Reis e Eggert (2017), assim como Paraíso (2016), apresentam uma discussão fundamental para entendermos esse contexto. Os primeiros nos apresentam a influência da falácia da ideologia de gênero nos Planos Nacionais da Educação e como o conservadorismo religioso de evangélicos e católicos influenciaram suas construções. Já Paraíso (2016), além de apresentar a constituição da ideologia de gênero na política, por meio de Projetos de Lei, nos mostra como um grupo de professoras percebem essas questões no cotidiano da sala aula.

Essas produções contribuem para reafirmarmos a importância dessa formação nos cursos de Pedagogia, pois a todo momento essas e esses profissionais estarão envolvidos dessas temáticas, mesmo que muitas vezes de forma velada. Assim, apresentamos nesse momento um levantamento realizado nas ementas dos cursos de Pedagogia das Instituições de Ensino Superior Públicas (Federais e Estaduais) do estado do Paraná para perceber a presença ou não das temáticas de gênero e sexualidade. As ementas estão presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos disponíveis via *web* nas páginas das respectivas IES.

O referido Estado possui 12 (doze) Instituições de Ensino Superior Públicas. São elas:

Quadro 1: Instituições Superiores Públicas do Estado do Paraná

Instituições	Cidades sede
Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP)	Curitiba
Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Paraná (IFPR)	Curitiba
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Curitiba
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Curitiba
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Cascavel
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Londrina
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Maringá
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Ponta Grossa
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Foz do Iguaçu
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	Guarapuava
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	Jacarezinho
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	Paranavaí

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

Do total acima apresentado, 9 (nove) universidades ofertam o curso de Pedagogia. Foi considerado também para esta pesquisa o fato de muitas dessas IES possuírem mais de um *campus*: o IFPR, oferta o curso no *campus* de Palmas; a UFPR no *campus* de Curitiba; a UNIOESTE nos *campus* de Cascavel, Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão; a UEL no *campus* de Londrina; a UEM no *campus* de Maringá e de Cianorte; a UEPG no *campus* de Ponta Grossa; a UNICENTRO no *campus* de Guarapuava e Irati; a UENP no *campus* de Jacarezinho e Cornélio

Procópio e a UNESPAR no *campus* de Apucarana, Campo Mourão, Paranavaí, Paranaguá e União da Vitória.

Ao contabilizarmos todos os *campus*, temos um total de 18 cursos de Pedagogia sendo ofertados por essas instituições. Analisando os Projetos Políticos Pedagógicos, percebemos que apenas no *campus* da UNIOESTE de Francisco Beltrão não há nenhuma menção às temáticas “gênero e sexualidade” ou “diversidades” nas ementas dos componentes curriculares. Já a UEM nos *campus* de Cianorte e Maringá até mencionam “diversidades” em dois componentes curriculares: “Políticas Públicas e Gestão Educacional: Docência e Diversidade Cultural” e “Políticas, Gestão e Diversidade”. Porém não há nenhuma menção quanto às questões de gênero ou sexualidade.

A UNESPAR possui um total de 05 *campus*, mas apenas no de Apucarana foi possível ter acesso ao Projeto Político Pedagógico, onde se encontram as ementas dos componentes curriculares. Nos *campus* de Campo Mourão, Paranavaí e União da Vitória, não conseguimos ter acesso às ementas do curso pelo *site* das instituições. No *campus* de Paranaguá, encontramos a disciplina “Educação, Diversidade e Relações Étnico-Raciais” na matriz curricular, mas também não conseguimos ter acesso à ementa da disciplina.

Dos outros 11 cursos restantes, 10 abordam as temáticas de gênero, mas não de forma específica. Elas disputam espaço e aparecem sempre entrelaçadas com outras temáticas, como por exemplo: educação especial, educação ambiental, questões étnicas raciais, drogas, direitos humanos, religião, classes sociais, cultura afro-brasileira e indígenas, direitos das crianças e adolescentes, dentre outras temáticas.

Quadro 2: Componentes curriculares que contemplam as temáticas de gênero e sexualidade

Componentes Curriculares	Instituições
Sociologia da Educação	UNIOESTE (Cascavel)
Psicologia da Educação III	UNIOESTE (Foz do Iguaçu)
Educação e Diversidade	UEL (Londrina)
Educação, Diversidade e Cidadania	UEPG (Ponta Grossa)
Fundamentos da Educação IV	UNICENTRO (Guarapuava)
Educação Emancipatória da Sexualidade (optativa)	UNICENTRO (Guarapuava)
Cultura e Diversidade	UNICENTRO (Irati)
Educação e Diversidade na Contemporaneidade	UENP (Jacarezinho)
Políticas, Educação e Diversidade	UENP (Cornélio Procópio)
Educação em Direitos Humanos e Diversidade	UFPR (Palmas)
Sociologia Geral	UNESPAR (Apucarana)
Educação Sexual na Escola (optativa)	UNESPAR (Apucarana)

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

Vemos nesses dados duas situações muito preocupantes, pois enquanto duas instituições (UNIOESTE e UEM) sequer citam em suas ementas os termos “gênero e sexualidade”, outras sete instituições (total de dez cursos) citam a temática, mais embutidas em outras discussões, não colocando uma especificidade nos conteúdos voltados às temáticas de gênero e sexualidade. Essa não especificidade do componente, colocando-o como tema relacionado às “diversidades”, sujeita também a possibilidade da sua não discussão.

Há uma situação interessante com relação a UENP *campus* de Jacareizinho. Apesar de não ter um componente curricular específico, ela acrescenta a temática de gênero a outros 10 componentes, porém não de forma específica, mas correlacionado com o tema central do componente curricular. Isso também coloca a possibilidade de o tema não ser abordado com profundidade. O que queremos enfatizar aqui é que

No âmbito do ensino superior, especificamente nos cursos de Pedagogia, embora a questão do gênero esteja contemplada nas normativas oficiais, conforme mencionado, muitas discussões também se tornam limitadas e superficiais em meio ao emaranhado teórico presente num curso como o de Pedagogia. Desse modo, as disciplinas pouco aproveitam o potencial interdisciplinar do gênero e da sexualidade (RIBEIRO, 2016, p. 54).

Essa situação também se encaixa com o que ocorre na UNICENTRO (*campus* de Guarapuava) e UNESPAR (*campus* de Apucarana), uma vez que nos componentes obrigatórios não há uma disciplina sobre o assunto, porém há disciplinas optativas, específicas nas discussões de gênero e sexualidade. Claro que esse ponto é em si positivo, mas em partes. Ao mesmo tempo em que é uma oportunidade das acadêmicas e acadêmicos estudarem tais componentes curriculares, pressupõe-se que por não serem obrigatórios a grande maioria não os solicite.

Dos 18 cursos de pedagogia das 9 universidades, apenas uma instituição tem o componente curricular específico para as discussões de gênero e sexualidade no referido curso. A UFPR aborda no componente “Diversidade Étnico-racial, Gênero e Sexualidade” questões específicas sobre as dimensões teórica e política para as discussões de gênero e sexualidade.

Diversidade e educação: dimensões teóricas e políticas. Cultura, identidade e transformações sociais na perspectiva educacional. **Introdução às teorias feministas, Queer, antirracistas e da colonialidade no campo sociológico. Construção sócio-histórica da ideia de raça, de identidade étnico-racial e das desigualdades de gênero e sexualidade. Heteronormatividade e direitos sexuais.** Perspectivas de Interseccionalidades: especificidades em raça, gênero, classe, sexualidade e outras formas de vulnerabilidades sociais (UFPR, 2019, p. 6, **grifo nosso**).

Assim como já mencionado anteriormente, os temas abordados na ementa acima são algumas das temáticas básicas para estabelecer uma discussão teórica que apresente a dimensão histórica, social e política das discussões de gênero na nossa sociedade. Infelizmente, apenas essa instituição em específico coloca as temáticas de gênero e sexualidade como eixo central e obrigatório para a formação em Pedagogia, conforme constatado por meio da busca nas ementas das IES.

Esses dados são reflexo da herança machista e preconceituosa da nossa sociedade e da própria ciência, uma vez que esses assuntos parecem não ter relevância em muitos ambientes acadêmicos e agora, como percebemos por meio dos retrocessos vividos, não são amparados nem nas Diretrizes de Formação de Professores. Como dissemos nos tópicos anteriores, a influência de grupos religiosos conservadores, assim como daqueles que não entendem (ou não querem entender) a importância desse tema na educação, contribuem para o silenciamento dessas vozes.

Sobre isso, Pavan (2013, p. 109 *apud* Ribeiro, 2016, p. 55) elucida que “incorporar na formação de professores (inicial e continuada) as reflexões sobre a construção das identidades de gênero parecem-nos um caminho promissor para ampliar as possibilidades de subverter a lógica da naturalização e da biologização das identidades/diferenças de gênero”. Por meio das contribuições da autora se reafirmam as ideias até aqui defendidas sobre a necessidade da abordagem e discussão das temáticas de gênero e sexualidade na formação docente como cruciais para a luta contra a naturalização das desigualdades sociais.

O conhecimento sobre as temáticas, possibilitará aos docentes desenvolverem um trabalho pedagógico que as desmistifique, contribuindo para desconstrução das falsas ideias que as circundam e as delegam como um tabu. Calcadas em conhecimentos sólidos e legitimados sobre gênero e sexualidade, as ações docentes podem trazer as transformações sociais que tanto almejamos no que tange visibilidade, igualdade, valorização e respeito a todos os sujeitos, sem distinções de quaisquer naturezas.

Considerações Finais

Frente às contribuições expostas, principalmente as de Louro (1997; 2008; 2011; 2013), Scott (1995); Butler (2003) e Ribeiro (2016), não há dúvidas que a sociedade tem sido marcada por injustiças e desigualdades contra uma maioria constituída por diferentes grupos sociais e servindo a uma minoria que detém o poder. Essas desigualdades muitas vezes são reafirmadas por meio das questões de gênero em que a busca por uma norma tem excluído e marginalizado muitas pessoas.

Tal condição é passível de mudanças, principalmente por um trabalho educacional bem elaborado, que contemple as discussões de gênero e sexualidade (RIBEIRO 2016; LOURO, 1997; 2008). Essas temáticas estão relacionadas com a identidade dos sujeitos, com suas maneiras de ser e estar no mundo (LOURO, 1997; BUTLER, 2003). Tornar a universidade e a escola espaços abertos ao reconhecimento das diversidades contribuem para o rompimento com a lógica da heteronormatividade compulsória e do conservadorismo.

Todavia, as ações docentes dependem da formação desses profissionais. Olhando então para as Universidades Públicas do Paraná, constatamos que de um total de 18 cursos de Pedagogia ofertados pelas universidades públicas paranaenses, apenas uma delas, a UFPR, traz as discussões de gênero e sexualidade de maneira específica e obrigatória. A maioria das outras têm as temáticas de gênero e sexualidade em seus componentes curriculares num contexto da diversidade. Esse fato é positivo, pois percebemos que as temáticas podem ser debatidas em algum momento do curso, afinal estão presentes em seu Projetos Pedagógicos, mas ao mesmo tempo podem ser deixadas de lado, devido a imensidão de outros temas que também são contemplados no mesmo componente curricular. Também foi percebido que duas universidades oferecem uma disciplina específica para a discussão sobre diversidade, mas em nenhuma parte da ementa gênero e sexualidade são contemplados. E em apenas um *campus* de uma das universidades não aparece nenhuma disciplina sobre a temática, tampouco sobre diversidade.

Consideramos os dados promissores no aspecto da presença das temáticas serem contempladas na grande maioria dos referidos cursos. Mas, por outro lado, consideramos que os dados indicam a necessidade de uma separação das abordagens de gênero e sexualidade em componentes curriculares específicos, para que essas discussões sejam mais aprofundadas e não abordadas de forma superficial. Às universidades que não propõem as discussões, orientamos que reformulem seus documentos normativos para que ofereçam uma formação que dê condições aos seus discentes de entender os contextos históricos, teóricos, políticos e sociais de gênero e sexualidade, assim como perceber as desigualdades e injustiças para que lutem para a subversão desses processos.

Reiteramos que o objetivo deste trabalho se distancia de qualquer tipo de intenção expositiva ou depreciativa no que tange à qualidade dos cursos ou das organizações institucionais das IES. Buscamos analisar, discutir e refletir sobre como as questões sobre gênero e sexualidade são abordadas nos cursos de Pedagogia das IES públicas do Paraná. Desenvolver uma formação docente que tenha as discussões de gênero como parte essencial desse processo é um desafio e uma luta constante que precisamos assumir.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, p. 11. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>> Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. Ministério Nacional da Educação. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de Dezembro de 2019**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, p. 46- 49. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes. 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa** 49 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2014.

JESUS, Adriana Regina de. **Gênero e Docência: infantilização e feminização nas representações dos discentes do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina**. Tese de Doutorado. PUC-SP: São Paulo. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Revista Pro- posições**. Unicamp: SP. v. 19. n. 02. mai./ago. p. 17-23. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: Diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v.3, n.4, p.62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: <<https://rev-formacaodocente.com.br/index.php/rbfpf/article/view/31/30>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes. FELIPE, Jane. GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. 9 ed. Petrópolis- Rio de Janeiro: Vozes. p. 43- 53. 2013.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Curriculo sem Fronteiras**. v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraíso.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**: Campinas-SP, v.38, n.138, p.9-26, jan./mar. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-38-138-00009.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. Corpos, Gêneros e Sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar. **Caderno Pedagógico Anos Iniciais**. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

RIBEIRO, Márcen de Pádua. A temática do gênero nas disciplinas de currículo de cursos de pedagogia: uma incômoda ausência e um diálogo necessário. **ORG & DEMO**. Marília-PR. v. 17, n. 2, p. 45-66, Jul./Dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/6525>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. p. 71-99. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

UFPR. Curso de Pedagogia. **Projeto político pedagógico 2019**. Apresenta as ementas dos componentes curriculares. UFPR: Curitiba, 2019. Disponível em: <<http://www.pedagogia.ufpr.br/PROJETO2019certo.html>>. Acesso em: 20 maio 2020.